



**XVIII ENANPUR**  
NATAL2019  
27 a 31 maio

## **Processo de Urbanização em Moçambique - África**

### **Autores:**

Ester Tomás Natal Ribeiro - UNESP - FCT - Presidente Prudente - [essitanatal@gmail.com](mailto:essitanatal@gmail.com)

### **Resumo:**

O processo de urbanização intensificou-se com a revolução industrial, sobretudo nos países chamados hoje de desenvolvidos. Nos atuais países subdesenvolvidos, o processo de urbanização ainda está em curso. O continente africano é o menos urbanizado. Em Moçambique o processo de urbanização está em curso e segundo os dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2007, 30% da população reside na área urbana e 70% na área rural. A urbanização em Moçambique ocorreu primeiramente ao longo do litoral. Do litoral para o interior, o processo de urbanização vai rareando, fenômeno que persiste até hoje. O presente artigo aborda a urbanização em Moçambique em dois períodos: antes e depois da independência e o crescimento da população urbana segundo os dados dos censos de (1980, 1997 e 2007). Os objetivos foram alcançados por meio de consulta de referências bibliográficas que abordam sobre a temática.

# PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – ÁFRICA

\*

## RESUMO

O processo de urbanização intensificou-se com a revolução industrial, sobretudo nos países chamados hoje de desenvolvidos. A revolução industrial permitiu a acumulação de capital que por sua vez favoreceu a transformação de várias cidades em termos de dimensão, estrutura, crescimento populacional, entre outras características. Nos países hoje subdesenvolvidos, o processo de urbanização ainda está em progresso e, em muitos deles sem planejamento de infraestruturas básicas para atender as necessidades das populações. O continente africano é o menos urbanizado com a maior parte da população concentrada na área rural. Em Moçambique o processo de urbanização está em curso e segundo os dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2007, 30% da população moçambicana reside na área urbana e 70% na área rural. A urbanização em Moçambique ocorreu primeiramente ao longo do litoral – nas províncias banhadas pelo oceano Índico devido aos interesses coloniais. Do litoral para o interior, o processo de urbanização vai rareando, fenômeno que persiste até hoje. O presente artigo tem como objetivos abordar a urbanização em Moçambique com maior enfoque para áreas urbanas, em dois períodos: antes e depois da independência do país e o crescimento da população urbana segundo os dados dos censos dos anos de (1980, 1997 e 2007). Os objetivos traçados foram alcançados por meio de consulta de referências bibliográficas que abordam a temática em análise. **Palavras-chave:** Cidade, Urbano, Urbanização em Moçambique.

## INTRODUÇÃO

A revolução industrial desencadeia definitivamente os processos de acumulação de capital e as transformações nas cidades antes existentes, conectando-a definitivamente aos processos de produção do espaço urbano. A título de exemplos, Harvey (2009) salienta que em 1848 foi um ano de crise, na medida em que havia demasiado excedente do capital sem lugares para investir, ao mesmo tempo em que ocorriam revoluções em toda a Europa, sendo que na França estabeleceu-se um plano de obras públicas em que foi utilizado o capital e mão de obra para a reconstrução de Paris; nos Estados Unidos depois da guerra fria, o excedente financiou o gigantesco processo de suburbanização das cidades. Nos anos 1950 e 1960 registrou-se uma grande quantidade de projetos metropolitanos e suburbanos, provocando profundas transformações urbanas da área metropolitana de Nova York. Através de diferentes obras públicas (túneis, pontes, etc.), incorporaram-se à cidade partes de aglomerações pertencentes a estados vizinhos como *Long Island, Connecticut, Nova Jersey*, gerando amplas regiões urbanizadas em seu entorno (HARVEY, 2009). No nível internacional, um dos fatos marcantes foi a construção do canal de Suez, indicando também o direcionamento de recursos a serem cada vez mais

---

\* Este artigo é versão ampliada do artigo apresentado no XIX Encontro Nacional de Geógrafos (XIX ENG) realizado em João Pessoa na Universidade Federal de Paraíba entre os dias 1 a 7 de Julho de 2018. Os debates realizados no eixo temático "Os conflitos socioespaciais em curso: urbanização e contradições do espaço" permitiram melhorar alguns aspectos apresentados no artigo relacionados à urbanização em Moçambique.

imobilizados em infraestruturas. Dos exemplos citados, é possível chamar a atenção para as temporalidades e espacialidades diferenciadas do processo citado. No continente africano, a urbanização está ainda em curso. Embora este continente seja o que está a apresentar maior crescimento em termos de taxa de urbanização, é o menos urbanizado e com países que apresentam as menores taxas da população urbana (Ramos; Neto e Ferreira, 2004, p. 207) e a rápida urbanização na África subsaariana, onde se localiza Moçambique, está a contribuir para o crescimento de assentamentos informais e aumento da pobreza.

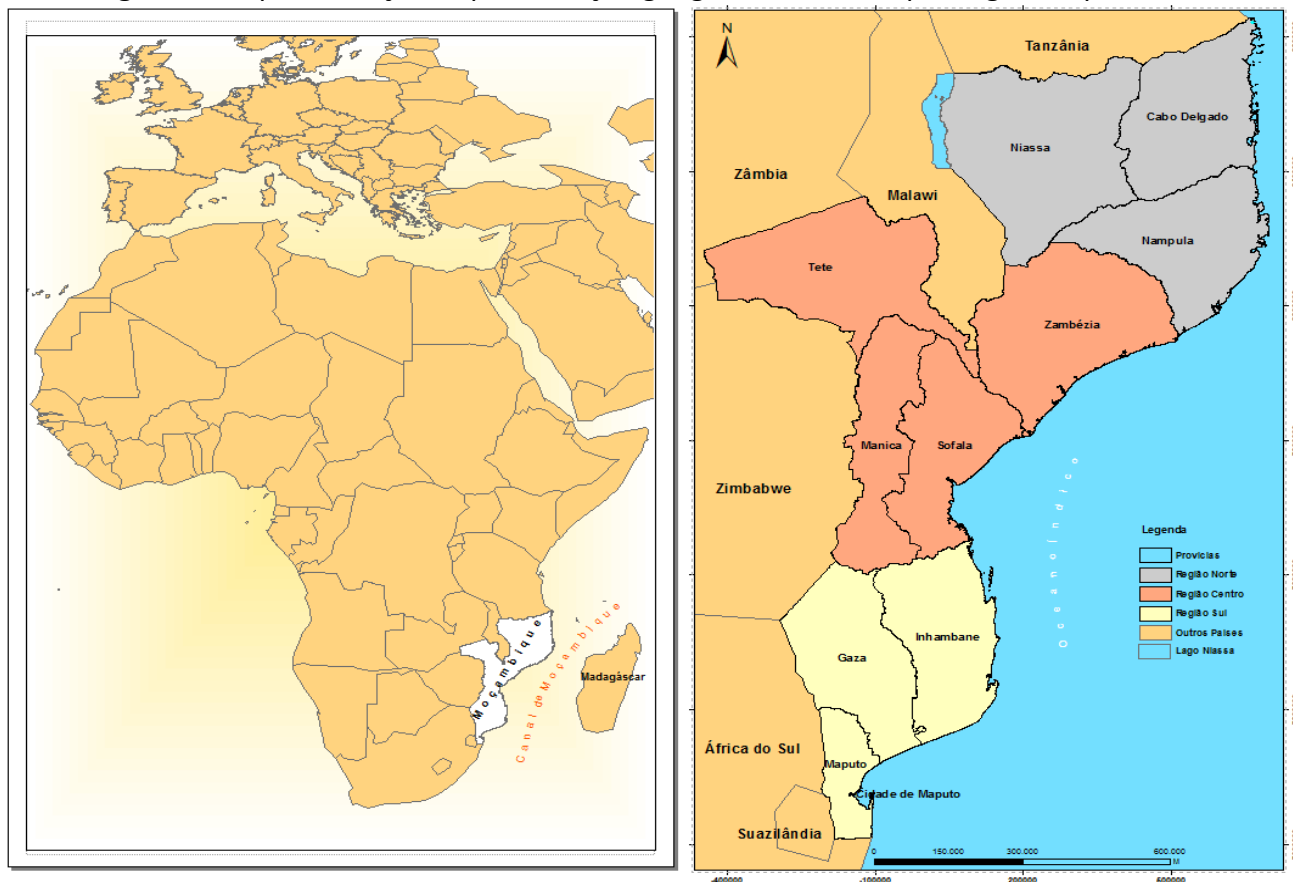
Em termos de tamanho da população que reside em áreas urbanas dentre os nove países que são os principais mercados da África Subsaariana (Angola, Ghana, Kenya, Moçambique, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), Moçambique apresentou entre 2005 a 2008 a maior taxa média de crescimento, 2.2% ao ano (YUMA E ANGELOPULO, 2011, p. 6). Entretanto, a maior parte da população moçambicana ainda reside na área rural. A urbanização é definida em Moçambique de acordo com o Boletim da República – BR (2006, p. 53) como sendo a “transformação do solo através da provisão de infraestruturas, equipamentos e edificações que assegurem a fixação física das populações em condições de se beneficiarem de serviços de crescente nível e qualidade nos domínios da saúde, ensino, tráfego rodoviário, saneamento, comércio e lazer, entre outros”.

Para uma melhor compreensão do processo de urbanização em Moçambique, o artigo está estruturado em três partes: a primeira parte é introdutória que inclui a caracterização físico-geográfica de Moçambique; a segunda parte aborda a urbanização, áreas urbanas, fatores da rápida urbanização e população urbana, uso e aproveitamento de terra e a terceira parte, as considerações finais e referências bibliográficas.

## BREVE CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país africano, situado a sudeste na costa oriental da África entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitudes Sul e meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este. Tem uma área de 799.380 km<sup>2</sup>, perfazendo 98% de terra firme e 2% de águas interiores (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO, 2009). É limitado ao Norte pela Tanzânia, a Noroeste pela Zâmbia e Malawi; ao Oeste pelo Zimbábue, ao Sul pela África do Sul e ao Sudoeste pela Suazilândia. A costa é banhada pelo oceano Índico que o separa da ilha de Madagáscar através do canal de Moçambique, conforme Figura 1.

**Figura 1.** Mapa de Moçambique: situação geográfica e divisão por regiões e províncias



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base cartográfica do Instituto Nacional de Estatística (INE)

Administrativamente o território moçambicano está dividido em 11 províncias, distribuídas em três regiões: Região Norte, composta pelas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; Região Centro (Zambézia, Tete; Manica e Sofala) e Região Sul (Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo). As províncias estão divididas em distritos, os distritos divididos em postos administrativos e estes em localidades. Essas divisões constituem as principais unidades territoriais da organização e funcionamento da administração do Estado e pilares de planificação do desenvolvimento econômico, social e cultural (BR, 2003, p.2).

## URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

As grandes transformações ocorridas nas cidades industriais em termos de implantação de infraestruturas, bairros residenciais até o surgimento de metrópoles, redes urbanas que se articulavam entre si não foram homogêneas em todas as cidades do mundo e isso reflete-se até aos dias de hoje. De acordo com Sposito (1994, p. 10), a urbanização em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento resulta do processo de transnacionalização da indústria ocidental abarcando os espaços periféricos e desorganizando ou se apropriando das formas de produção tradicionais destes países. As trocas comerciais entre os povos africanos e os mercadores estrangeiros, sobretudo os árabes, indianos entre os séculos IX e XV, levaram ao surgimento dos chamados entrepostos comerciais ao longo da costa leste africana que resultaram em principais cidades comerciais como as de Mogadíscio (Somália), Melinde

(Quénia), Mombaça (Quénia), Kílwa (Tanzânia), Zanzibar (Tanzânia) e Angoche e Sofala em Moçambique. Nessa época a economia mercantil estava intrinsicamente ligada à exportação de marfim, ouro, produtos de origem animal, tráfico de escravos, entre outros. Em Moçambique, o entreposto comercial ou feitoria de Sofala data de 1505, o da Ilha de Moçambique (a primeira capital Moçambicana) em 1507, entre outros.

Apesar dos primeiros entrepostos comerciais em Moçambique terem sido fundados por volta do século XV e que mais tarde resultaram em cidades, a urbanização ainda está em curso, de forma rápida, frequentemente sem atender aos padrões de urbanização sobretudo em bairros periféricos onde se observa maior dinâmica socioespacial devido a existência ainda de espaços para a construção de habitação e desenvolvimento de atividades econômicas. Segundo Araújo (2003, p. 168), o processo de urbanização em Moçambique na era colonial transplantou modelos e percepções de produção e organização do espaço oriundos das realidades das metrópoles coloniais. Para Fernandes e Mendes (2012, p. 2), os aglomerados urbanos eram construídos de acordo com o modelo cidade jardim, embora adaptados à arquitetura dos trópicos idealizados para a população branca com espaços amplos e ajardinados, edifícios de baixa volumetria, vias largas em orientação que favorecesse a circulação do ar.

As cidades moçambicanas serviam como plataformas onde drenavam as matérias-primas para a metrópole. O crescimento econômico das cidades, na sua maioria nas áreas portuárias e/ou caminhos de ferro, gerou a necessidade de mão de obra numa economia que se estruturava no trabalho mal pago e as cidades tornaram-se polos de atração de mão de obra proveniente da área rural (FERNANDES E MENDES, 2012). Mesmo com a necessidade de mão de obra, os moçambicanos eram excluídos da vivência de áreas urbanas com a exceção dos assimilados<sup>1</sup>. Nesta ordem de ideias Araújo (2003) frisa que as cidades moçambicanas antes da independência apresentavam características que as distinguiam: havia o que se chamava de "cidade de cimento" e a "cidade de caniço".

A cidade de cimento, como o nome indica, é edificada obedecendo uma estrutura planificada, presença de infraestruturas e serviços onde assentava a estrutura administrativa do espaço, construções projetadas verticalmente em materiais nobres, perenes e estruturada de acordo com o modelo ortogonal (FERNANDES E MENDES, 2012, p. 2). É na cidade de cimento onde moravam os colonizadores, cidade considerada branca. A cidade de Maputo é a que melhor se estruturou em termos de "cidade de cimento" seguida das cidades da Beira e Nampula que constituem as maiores em termos de dimensão, infraestruturas, serviços e população urbana em relação às restantes cidades do país. Os moçambicanos eram excluídos da cidade de cimento e acabavam por se instalar nas periferias em conjuntos habitacionais precários construídos em materiais perecíveis à maneira tradicional (ARAÚJO, 2003). O material predominante nessas construções precárias era o caniço<sup>2</sup>, na altura acessível e que acabou dando nome a área periférica de cidade de caniço, edificada sem obedecer nenhuma estrutura de planificação. As

---

<sup>1</sup> Encarados pelo Estado colonial como sendo cidadãos portugueses e, como tal gozavam das mesmas prerrogativas que os colonos portugueses. Tinham que solicitar a condição de cidadão português, mediante as seguintes condições legais: a) Ter mais de 18 anos; b) Falar corretamente a língua portuguesa; c) Exercer profissão, arte ou ofício de que auferir rendimento necessário para sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) Não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor (ESCOLA SUPERIOR COLONIAL, 1954, p.112 *Apud* MINDOSO, 2017, p. 75).

<sup>2</sup> Em Moçambique chama-se "caniço" às plantas do género *Typha* - muito utilizadas na construção de casas tradicionais ou palhotas (Viana, 2010)

construções são espontâneas, projetadas horizontalmente no espaço com material não convencional como o caniço, bloco de adobe, bambu, madeira e zinco, sem presença de infraestruturas e serviços urbanos (ARAÚJO, 2003, p. 169). A cidade de caniço era encarada como um mal menor, conforme afirmam Fernandes e Mendes (2012, p. 3), na medida em que, a sua relativa proximidade à cidade de cimento assegurava a mão de obra destinada aos trabalhos domésticos da população branca e aos serviços públicos menos qualificados e considerados degradantes para os brancos.

A cidade de caniço constituía reserva da cidade para a sua expansão. Quando surgia necessidade de expandir a cidade, os habitantes das zonas periféricas eram remetidos para áreas ainda mais afastadas de acordo com o ritmo crescente das novas coroas urbanas (FERNANDES E MENDES, 2012, p. 3). Era área provisória, um lugar de má fama, habitada por homens de má reputação. Foi nas periferias sobretudo depois da segunda guerra mundial onde se revela a insatisfação que conduz a formação e ao crescimento de movimentos que lutaram por melhores condições de vida e acabaram por formar os movimentos que levaram a independência nacional (FERNANDES E MENDES, 2012, p. 3).

Atualmente, a cidade de caniço transporta a herança do período colonial caracterizada por: bairros não planejados e de planta diferenciada, construção horizontal, elevada densidade de ocupação do solo o que dificulta a circulação, a falta de espaços para serviços, redes de abastecimento de água, energia e redes de telecomunicações deficientes e em alguns casos inexistentes, falta de serviços de saneamento básico, predominância de material de construção de baixo custo ou precário, falta de serviços e deficiente rede comercial, dificuldades de circulação viária, área fundamentalmente residencial por classes pobres, presença de algumas unidades industriais, graves problemas ambientais, entre outros.

Com a independência nacional proclamada a 25 de Junho de 1975, o governo moçambicano nacionalizou a terra e todas infraestruturas existentes no país e devolveu ao povo moçambicano os direitos que antes eram-lhes negados pelos colonizadores. Apesar dos direitos adquiridos, muitos ainda tinham hábitos rurais e contribuíram para a degradação das infraestruturas. Por exemplo, no caso de algumas famílias que tiveram acesso à flats/apartamentos, mas que ainda transportavam hábitos rurais, usavam carvão e lenha para cozinhar, pilavam milho e/ou amendoim nos terraços ou nas varandas dos prédios, o que contribuiu grandemente para a degradação das flats. Entretanto, Araújo (2003, p. 169) afirma que mesmo depois da independência as diferenças, econômicas, sociais e de organização do território não foram eliminadas. A principal alteração foi apenas demográfica. A cidade de cimento manteve e agudizou as características de precariedade e de espaço excluído. Simplesmente deixou de ser exclusivamente branca, mas continuou a segregar o espaço suburbano (cidade de caniço). A cidade de caniço deu origem à dois anéis que passaram a se designar "área suburbana" e "área periurbana". Área suburbana – corresponde à antiga cidade de caniço onde o material de construção precário está sendo substituído por material convencional mais durável como zinco, cimento, blocos de argila queimados, blocos de cimento, entre outros. De uma forma geral, a cidade de caniço é habitada por pessoas de poucos recursos financeiros e excluídos da cidade de cimento (ARAÚJO, 2003, p. 168-170).

A área periurbana corresponde às áreas rurais que foram reclassificadas. Este processo é designado por reclassificação urbana, em que, por lei, há expansão da área da cidade alterando os seus limites administrativos e incluindo novas áreas. Em 1986 houve a reclassificação da área urbana, quando muitos espaços que pertenciam a área rural passaram a pertencer a área urbana. Essa reclassificação não foi acompanhada com a implantação de infraestruturas e serviços, o que permite reconhecer até hoje um

ambiente rural dentro de urbano em Moçambique. A área periurbana (área de expansão) antes era habitada pela população nativa predominantemente rural cuja terra é transmitida de geração em geração. A atividade agrícola era a base para o sustento familiar. Com o desenvolvimento socioeconômico sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, as famílias com maior poder aquisitivo procuravam terrenos ou parcelas de grandes dimensões na área periurbana para construir residências fora do centro urbano – as chamadas quintas.

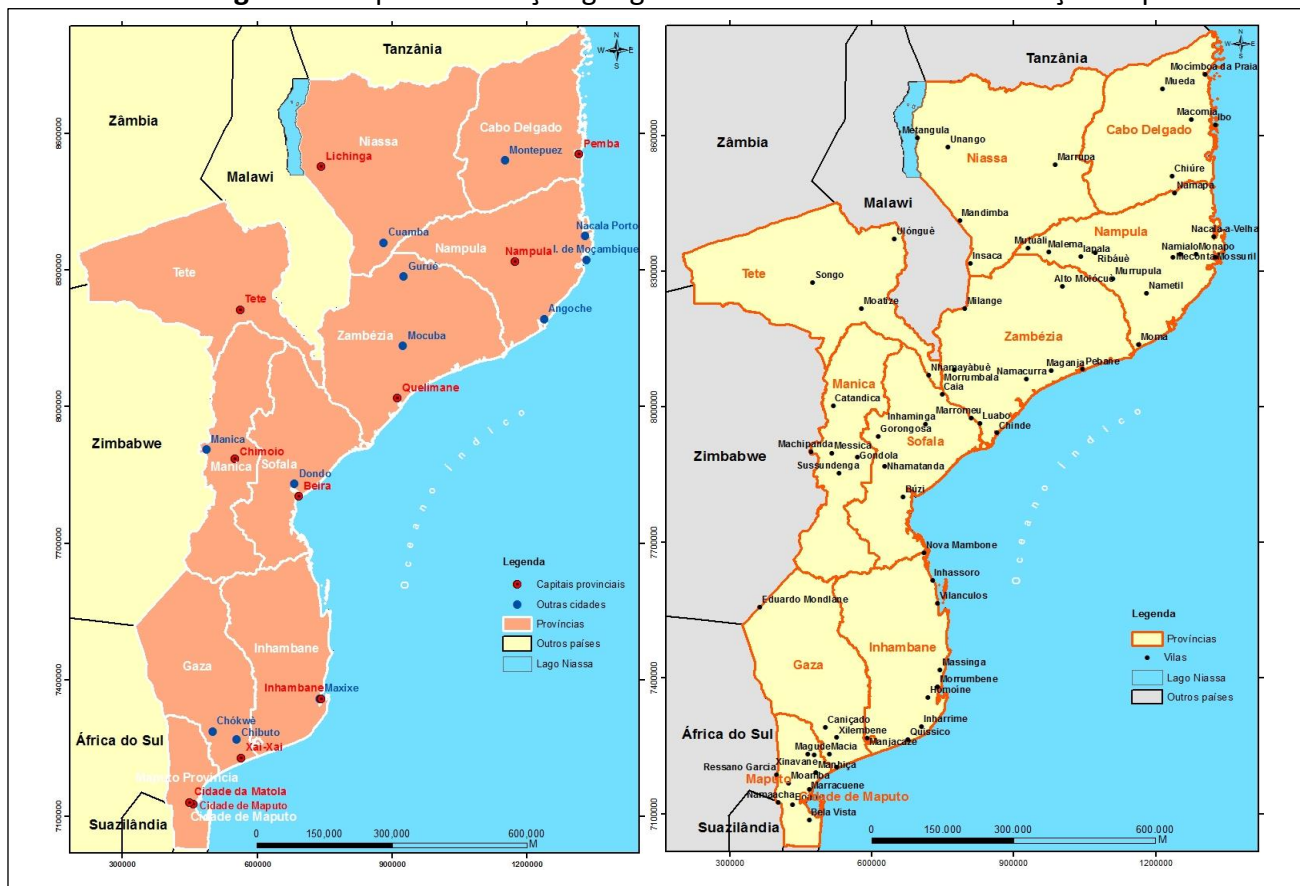
Geralmente, nas quintas as famílias passam finais de semana, dão festas, criam animais, moram seus trabalhadores, enfim para algumas famílias servem de áreas de lazer. Entretanto, algumas famílias independentemente da distância ao centro da cidade onde exercem suas atividades laborais ou estudam os filhos passaram a morar nas quintas facilitadas pelos seus meios de transporte. Para além das quintas, começam a surgir na área periurbana bairros territorialmente ordenados com construções de material convencional na forma vertical e horizontal (ARAÚJO, 2003). Os ocupantes desses bairros ordenados também possuem poder aquisitivo, tornando assim a área periurbana um centro de atenção de todo segmento socioeconômico.

Os bairros de ocupação espontânea sem obedecer a nenhum critério de ordenamento, geralmente, são ocupados por pessoas pobres, com emprego precário e outras que vivem de biscate ou comércio informal. Predominam construções horizontais, mistura de material de construção precário e material convencional (ARAÚJO, 2003). Os nativos que ainda se encontram em condições de precariedade e sem espaço para a prática de agricultura por este estar ocupado por pessoas provenientes da cidade, de áreas rurais, outras províncias ou mesmo outros países vendem seus terrenos e se afastam cada vez mais da cidade a procura de espaço para agricultura e criação de animais de grande ou de pequeno porte.

## ÁREAS OU ZONAS URBANAS EM MOÇAMBIQUE

Correspondem a zonas ou áreas urbanas as cidades e vilas. Existem em Moçambique vinte e três cidades e sessenta e nove vilas, conforme é ilustrado na Figura 2. Das vinte e três cidades, onze são capitais provinciais e doze correspondem à outras cidades. Devido ao processo de descentralização, foram criados os municípios que correspondem à circunscrição territorial das cidades e vilas (BR, 1997), mas, nem todas vilas são municípios.

**Figura 2.** Mapas da situação geográfica das cidades e vilas de Moçambique



Fonte: Elaborados pela autora a partir da base cartográfica do INE

No que concerne às cidades, diferentemente do UN-DESA (*United Nations, Department of Economic and Social Affairs/Population Division*) responsável por fornecer à comunidade internacional informações atualizadas sobre população e desenvolvimento e que classifica as cidades de acordo com o tamanho da população, em Moçambique as cidades são classificadas em nível A, B, C e D (BR, 1987, p. 8). Os critérios utilizados para a classificação das cidades são: Desenvolvimento alcançado pelos principais centros urbanos do país, em particular a complexidade da sua vida política, econômica, social e cultural, densidade populacional, número e tipo de indústrias, comércio, atividades sanitárias, educativas, culturais e desportivas.

A Cidade de Maputo que é a capital do país e de importância nacional é a única de nível A. As três cidades (Nampula, Beira e Matola) são de nível B, com papel importante no desenvolvimento regional interno e, na realização de programas de cooperação regional de caráter internacional. As cidades de Lichinga, Pemba, Nacala Porto, Ilha de Moçambique, Quelimane, Tete, Chimoio, Xai-Xai e Inhambane são de nível C. O nível C é utilizado para algumas capitais provinciais e cidades cuja importância histórico-cultural, nacional e universal, bem como importância econômica e em comunicações, têm interesse nacional e na cooperação regional. São cidades de nível D: Cuamba, Montepuez, Angoche, Gurué, Mocuba, Manica, Dondo, Maxixe, Chókwe e Chibuto. As cidades do nível D são os demais centros urbanos do país, cujo grau de desenvolvimento os caracteriza como cidades e assumem um papel de relevo no desenvolvimento local (BR, 1987). Todas vinte três cidades são organizadas também a partir de seus respectivos municípios. As vilas não apresentam nenhuma classificação e estão distribuídas pelas dez

províncias com a exceção da Cidade de Maputo que é capital e encontra-se dividida por distritos e estes por bairros, divisão político-administrativa diferente das restantes províncias que são divididas por distritos – postos administrativos – localidades, entre outras subdivisões. Das sessenta e nove vilas, cinco encontram-se na província de Niassa, cinco em Cabo Delgado, treze em Nampula, oito na Zambézia, quatro em Tete, cinco em Manica, seis em Sofala, oito em Inhambane, seis em Gaza e nove em Maputo província. A província com mais vilas é a de Nampula, seguida de Maputo, Zambézia, Inhambane, etc. A província com menos vilas é a de Tete.

Das sessenta e nove vilas somente trinta são municípios. As vilas que se tornaram municípios são: na província de Niassa: Metangula, Mandimba e Marrupa; em Cabo Delgado: Chiúre, Mocimboa da Praia e Mueda; em Nampula: Malema, Monapo e Ribaué; na Zambézia: Alto Molócue, Maganja e Milange; em Tete: Ulongoe, Moatize e Nhamayábué; em Manica: Catandica, Gondola e Sussundenga; em Sofala: Gorongosa, Marromeu e Nhamatanda; em Inhambane: Massinga, Vilanculos e Quissico; em Gaza: Bilene Macia, Praia de Bilene e Mandlacaze e na província de Maputo as vilas de Boane, Manhiça e Namaacha. As principais áreas urbanas (cidades e vilas) situadas ao longo do litoral, facilitavam o escoamento e exportação de matéria prima para os países do ocidente. Conforme a situação geográfica das áreas urbanas ilustradas na Figura 2 observa-se que a rede urbana moçambicana composta por cidades e vilas é fragmentada por regiões e macrocefálica.

As três principais cidades (Nampula, Beira e Cidade de Maputo) localizadas uma na região norte, outra na região centro e a capital na região sul são as maiores e as restantes são menores. Olhando para o papel da Cidade de Maputo que é a capital de Moçambique com concentração de pequenas infraestruturas urbanas pode-se considerar uma metrópole incompleta com carência de infraestruturas urbanas comparada à metrópoles como Joanesburg na vizinha África do Sul. Entretanto, apesar de ser uma metrópole incompleta e de menor extensão relativamente a outras províncias do país, a Cidade de Maputo apresentou a maior densidade populacional no Censo 2007.

Não há em Moçambique um único critério para a definição do que é uma área urbana. De acordo com Araújo (1997) *apud* Maloa (2016), numa tentativa de solucionar o problema, foram adotados alguns critérios para a definição de áreas urbanas sendo estes:

Capitais provinciais, existência de infraestruturas como as de saúde, ensino, administração, água, luz, comércio, construção, transporte e comunicações, etc., funções econômicas que devem situar-se majoritariamente fora do serviço agrário, o papel histórico desempenhado pelo centro populacional e as perspectivas de desenvolvimento dos sectores secundários e terciários, aglomerações com população igual ou superior a 10.000 habitantes.

O autor salienta o uso não isolado dos critérios propostos. O fato do uso não isolado dos critérios deve-se a lacunas que esses critérios apresentam na definição do que é urbano. Por exemplo, o critério demográfico envolvendo população igual ou superior a 10.000 habitantes. Segundo Antunes (1994, p.83), existem aldeias com maior número de habitantes do que uma determinada cidade e, também, há aldeias grandes e compactas com maior densidade populacional em relação a algumas cidades. Silva (1946, p. 9) alega que, para a validação do critério de densidade populacional devem ser considerados quatro elementos obtidos a partir de estatísticas oficiais que são: primeiro – relação das superfícies livres para as

quadras edificadas; segundo – densidade de construção no interior das quadras; terceiro – altura das construções e, por último, o número de pessoas ocupando uma residência, isto porque, poderiam se classificar no mesmo nível grandes cidades, capitais importantes e pequenas cidades, de muito menor expressão administrativa, econômica ou urbanística.

## FATORES DA RÁPIDA URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA

Para autores como Mutunga, Zulu e Sousa (2012), a rápida urbanização que está acontecer em África, sem a previsão de infraestruturas urbanas sobrecarrega as capacidades dos governos em termos de fornecimento de serviços de educação e de saúde, habitação, água potável, eletricidade, saneamento. Também está a contribuir para o crescimento de assentamentos informais superlotados e o aumento da pobreza, situação vivenciada e observada nas áreas urbanas de Moçambique. Vários são os fatores que levaram à rápida urbanização e aqui estão sintetizados alguns: migrações – Moçambique viveu épocas de duas grandes guerras (colonial e civil). No período dessas grandes guerras algumas pessoas se deslocaram das áreas rurais para as urbanas a procura de segurança. Além deste fator, para *Community Development Human Settlements and Development* – CDHSD (2011, p. 5), as causas da migração campo-cidade são diversas (econômicas, sociais, de segurança), mas estão geralmente ligadas a percepção da cidade como lugar onde há oportunidades de emprego, educação, serviços, etc. Para além de migração campo-cidade também observa-se em Moçambique migração cidade-cidade e migração internacional.

Um aspecto importante realçado por Araújo (2003) sobre as migrações é o fato dessas serem, por um princípio, um fator importante de transformação dos meios natural, social, cultural e econômico e que não se deve esquecer que em geral as cidades são um produto da imigração. Os migrantes não podem ser vistos como simples predadores, isto porque, apesar das migrações provocarem desequilíbrios porque modificam os lugares de partida e de chegada, esses desequilíbrios que desencadeiam levam à procura de novas relações e novos equilíbrios que dimensionados de forma adequada dão origem a um maior desenvolvimento socioeconômico (ARAÚJO, 2003, p. 171). Mas, em países com uma fraca base estrutural as migrações são vistas como problema para o desenvolvimento econômico. Calamidades naturais – o país tem sido assolado por cheias, secas, ciclones entre outros fenômenos naturais. O meio rural moçambicano não está valorizado em termos de benefícios da urbanização. É basicamente tradicional sem transformações das suas práticas tradicionais. Ainda que, 70% da população reside em área rural e tem como a base de sustento a agricultura, esta é praticada de forma rudimentar com uso somente de enxada sem intervenção de maquinaria e outros insumos como acontece em outros países. Na área rural não há produção nem fornecimento de bens e serviços aos seus habitantes. A ocorrência de calamidades naturais interrompe e desorganiza a produção agrícola obrigando as pessoas a se deslocarem às cidades a procura de meios para subsistência.

A reestruturação urbana em 1986 – fez com que algumas áreas rurais passassem a pertencer a áreas urbanas sem implantação de infraestruturas e com modo de vida tipicamente rural. O outro fator que está ligado a rápida urbanização é o crescimento natural da população. Entretanto, de acordo com CDHSD (2011, p. 5), as taxas de fertilidade são inferiores nas áreas urbanas que nas rurais, mas, contribuem significativamente para o crescimento da população urbana. Devido aos fatores acima mencionados e vários outros que levam as pessoas a se deslocarem para as cidades moçambicanas, as

idades recebem a população expandindo as periferias, multiplicando as desigualdades de tal forma que rapidamente os bairros informais ultrapassem várias vezes em área a dos bairros formais (FERNANDES E MENDES, 2012, p. 6).

Quanto à população urbana, esta vem crescendo desde o primeiro censo realizado em 1980, cinco anos depois da independência. De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, instituição responsável pelas estatísticas oficiais do país, no primeiro Censo, do total de 12.130.000 de habitantes, somente 1.576.900 (13%) moravam nas zonas urbanas. No segundo Censo (1997), dos 16.075.708 habitantes, 4.822.712 (29.99%) moravam nas zonas urbanas. No terceiro Censo realizado em 2007, do total de 20.632.434 habitantes, somente 6.189.730 (29.99%) moravam nas zonas urbanas. De 1980 para o Censo de 1997 houve um salto quantitativo em termos de crescimento da população urbana. Este salto deveu-se em grande medida a reestruturação urbana em 1986 e a guerra civil. De 1997 para 2007, os dados mostram uma estagnação.

## USO E APROVEITAMENTO DE TERRA

Em Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada. Mas, as pessoas singulares ou coletivas e as comunidades locais podem adquirir sobre a terra o direito de uso e aproveitamento (DUAT) com as exigências e limitações da LEI DE TERRAS nº 19/97 de 1 de Outubro. Para adquirir terreno para construção ou outros fins, a pessoa entra com pedido no município ou sede do distrito, posto administrativo, localidade, etc. e aguarda pelo despacho. O processo é demorado e muitas vezes envolve corrupção. Pela demora no processo e com necessidade de adquirir o terreno para construção, as pessoas acabam comprando terrenos com os nativos, mas, a terra continua do Estado, somente o novo proprietário pode adquirir o DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra).

A compra de terrenos, por exemplo, na área urbana com os nativos em áreas consideradas pelo Estado como sendo de proteção total (áreas destinadas à atividade de conservação ou preservação da natureza e de defesa e segurança do Estado) e áreas de proteção parcial (a faixa de terreno no contorno de barragens e albufeiras<sup>3</sup> até 250 metros; os terrenos ocupados pelas linhas férreas de interesse público e pelas respectivas estações, com uma faixa confinante de 50 metros de cada lado do eixo da via; os terrenos ocupados pelas autoestradas e estradas de quatro faixas, instalações e condutores aéreos, superficiais, subterrâneos e submarinos de eletricidade, de telecomunicações, petróleo, gás e água, com uma faixa confinante de 50 metros de cada lado, bem como os terrenos ocupados pelas estradas, com uma faixa confinante de 30 metros para as estradas primárias e de 15 metros para as estradas secundárias e terciárias; a faixa de dois quilômetros ao longo da fronteira terrestre; os terrenos ocupados por aeroportos e aeródromos, com uma faixa confinante de 100 metros; a faixa de terreno de 100 metros confinante com instalações militares e outras instalações de defesa e segurança do Estado), faz com que o novo proprietário não tenha acesso ao DUAT e a longo prazo, a casa ou infraestrutura edificada seja demolida pelas autoridades competentes.

---

<sup>3</sup> Uma área coberta de água retida pela construção de uma represa ou barragem em um rio (Lago artificial)

Os terrenos comprados em áreas que não são de proteção total ou parcial devem estar parcelados (ordenados seguindo uma estrutura de planificação). A falta de ordenamento faz com que o novo proprietário também não tenha acesso ao DUAT até que as autoridades do município façam o ordenamento da área. Este é um processo demorado, o que leva pessoas a construírem sem o DUAT e mais tarde aplicadas a elevadas multas ou demolidas as construções pelo município quando se encontram nas áreas destinadas as ruas, espaços de recreação e verde, etc. As pessoas lesadas são indenizadas e atribuídas outros terrenos mais afastados da cidade.

Os presidentes dos conselhos municipais e de povoação autorizam os pedidos de uso e aproveitamento da terra nas áreas cobertas por planos de urbanização e os Administradores dos distritos autorizam os pedidos de uso e aproveitamento da terra nos locais onde não existam órgãos municipais e que tenham serviços públicos de cadastro. Também, nas áreas não cobertas por planos de urbanização, compete aos governadores provinciais a autorização, mas, só em uma área de até 1000 hectares. Entre 1000 a 10000 hectares a autorização compete ao ministro da agricultura e pescas; acima de 10000 hectares a autorização compete ao conselho de ministros (LEI DE TERRAS nº 19/97, Art. 22). O processo de titulação do direito do uso e aproveitamento da terra inclui o parecer das autoridades administrativas locais, precedido de consulta às comunidades, para efeitos de confirmação de que a área está livre e não têm ocupantes (LEI DE TERRAS nº 19/97, Art. 13).

Podem ser sujeitos do direito de uso e aproveitamento da terra as pessoas nacionais, coletivas e singulares, homens e mulheres, bem como as comunidades locais. As pessoas singulares ou coletivas nacionais podem obter o direito de uso e aproveitamento da terra, individualmente ou em conjunto com outras pessoas singulares ou coletivas, sob a forma de co-titularidade. O direito de uso e aproveitamento da terra das comunidades locais obedece aos princípios de co-titularidade. As pessoas singulares ou coletivas estrangeiras podem ter direito de uso e aproveitamento da terra, desde que tenham projeto de investimento devidamente aprovado e observem as seguintes condições: pessoas singulares, desde que residam há pelo menos cinco anos na República de Moçambique; pessoas coletivas, desde que estejam constituídas ou registradas na República de Moçambique (LEI DE TERRAS nº 19/97). A atuação do Estado em Moçambique na edificação do espaço urbano é incipiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os países da Europa e dos Estados Unidos intensificaram o processo de urbanização por meio da revolução industrial diferentemente dos países atualmente subdesenvolvidos. Em muitos países da África, Ásia, América do Sul, o processo de urbanização está em curso e, frequentemente sem obedecer padrões de urbanização, como, o plano de ordenamento (planificação), implantação de infraestruturas urbanas. Como consequência, em muitas cidades desses países, as construções surgem de forma espontânea (favelas, bairros de lata, bairros de caniço, etc.) habitados por população de baixa renda. Atualmente, o continente africano continua sendo o que apresenta menores taxas de urbanização e com maior parte da população vivendo em meio rural.

Enquanto isso, Moçambique tem uma taxa de urbanização bastante reduzida, com somente 30% da população vivendo em áreas urbanas que carecem de infraestruturas para atender às suas necessidades. Importa frisar que a diferença entre urbano e rural em Moçambique ainda é bem marcante.

A maior parte da população moçambicana em áreas urbanas mora em bairros informais de difícil acesso e circulação. Tratando-se de um tema que aborda a urbanização em um país subdesenvolvido e com carência de informação, espera-se que o artigo contribua de forma significativa para a compreensão do processo de urbanização em Moçambique. Para futuras pesquisas há necessidade de abordar a urbanização levando em consideração aspectos essenciais do processo de urbanização nas vinte e três cidades. Isso, permitirá uma melhor ilustração no espaço e comparação ao longo dos tempos.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, João. *Geografia, 11 Anos. Portugal: Potencializar os Recursos, Realidades e Utopias*. Plátano Editora, 1994.
- ARAÚJO, Manuel M. G. de. Os Espaços Urbanos em Moçambique. *GEOUSP, Espaço e Tempo, São Paulo* N<sup>o</sup> 14, pp. 165- 182, 2003.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Publicação Oficial da República de Moçambique. 3<sup>o</sup> Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 51. 26 de Dezembro de 2006.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Publicação Oficial da República de Moçambique. 2<sup>o</sup> Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 51. 22 de Dezembro 2004.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Publicação Oficial da República de Moçambique. Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 20. 19 de Maio de 2003.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Publicação Oficial da República de Moçambique. 2<sup>o</sup> Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 7. 18 de Fevereiro de 1997.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Publicação Oficial da República de Moçambique. 2<sup>o</sup> Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 16. 25 de Abril de 1987.
- CDHSD. Manual de Formação para projetos de Gestão de Terra, urbanização e loteamento para autoconstrução dirigida em áreas periurbanas e reservas fundiárias de Angola. 3<sup>a</sup> edição, Huambo, Angola, 2011.
- FAO – Formulação de um Programa Para a Implementação da Convenção Das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) Nos Países da CPLP. Relatório Nacional de Consultoria de Moçambique, 2009.
- FERNANDES, Mário. G.; MENDES, Rui. A Dicotomia Urbana em Moçambique: a cidade de cimento vs cidade de caniço. *Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- HARVEY, David. Urbanismo Possível: O capitalismo trabalhou muito bem o tema de mudar a urbanização. Passou de Paris a Nova York e agora chega à China inteira. *Revista Mirada Global* © Copyright, 2009.

- MALOA, Joaquim Miranda. *A Urbanização Moçambicana: Uma Proposta de Interpretação*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2016.
- MINDOSO, André V. *Os Assimilados de Moçambique: Da situação colonial à experiência socialista*. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Curitiba, 2017.
- MUTUNGA, Clive; ZULU, Eliya; SOUZA, Roger-Mark de. *Population Dynamics, Climate Change and Sustainable Development in Africa*. Afri3, can Institute for Development Policy, 2012.
- RAMOS, Natália; NETO, Ana; FERREIRA, Maria Júlia. *Desafios e Oportunidades da Gestão das Cidades – O Caso de Angola*. GeoINova, 2004.
- SILVA, Moacir M. F. *Revista Brasileira de Geografia. Sumário do Número de Julho-Setembro de 1946*.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. Editora Contexto, 1994.
- UN-DESA. *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*. New York, 2015.
- VIANA, David L. *Maputo: entre a cidade compacta, difusa e sem forma*. *Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira, Portugal*. Ano 7. Edição 63 - 19/11/2010.
- YUMA, Hedrick-wong; ANGELOPULO, George. *The Challenges of Urbanization in Sub-Saharan Africa: A Tale of Three Cities*. Master Card worldwide Insights, 3Q, 2011.